

## O liberal - “Dinheiro” 11 de Junho de 2011

### Servidores federais querem ampliar paralisação

Os servidores das três universidades federais do Pará reforçarão os atos públicos, a partir da próxima segunda-feira, para conseguir maior adesão da categoria à greve iniciada no último dia 6 em todo o País. A paralisação atingiu, até agora, as bibliotecas e parte dos serviços realizados em laboratórios e hospitais universitários.

Ontem, os servidores tiveram uma assembléia para avaliar o movimento desencadeado nas 24 universidades federais do país. No Pará, a adesão é maior na Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), com setores da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Oeste do Pará (Ufopa) parcialmente atingidos, como é o caso das bibliotecas e do Hospital João de Barros Barreto.

Na avaliação do coordena-

dor do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado do Pará (Sindtifes), Raimundo Pinheiro, a adesão precisa ser estimulada. Por isso, a ordem é intensificar a campanha pela paralisação nos campus na segunda semana de greve.

Ainda não há estimativa de quantos servidores, dos cerca de 4 mil distribuídos na UFPA, Ufra e Ufopa, estão parados. Segundo Pinheiro, a insatisfação da categoria é grande por causa do achatamento salarial e das medidas planejadas pelo governo federal para a avaliação docente e administração dos hospitais universitários.

Pinheiro observa que, enquanto a presidenta Dilma Rousseff teve o salário reajustado em cerca de R\$ 10 mil e os deputados em 60%,

os trabalhadores das universidades foram informados que os reajustes de seus salários serão suspensos por dez anos. A moratória é justificada pelo corte das despesas federais com as instituições para se buscar o equilíbrio econômico do país.

#### JUSTIFICATIVA

“Os salários da Dilma e dos deputados aumentaram, as empreiteiras estão com recursos jorrando, por causa do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Então, não cabe essa justificativa”, diz o sindicalista que lista, ainda, a insatisfação com o projeto de lei que estabelece as regras para a progressão funcional da categoria, com possibilidade de demissão dos que obtiverem me-

nos de seis dos dez pontos da avaliação.

Sobram críticas, também, à pretensão do governo de transformar os hospitais universitários em empresas públicas com personalidade jurídica capaz de terceirizar ainda mais os serviços. O sindicalista explica que o novo modelo de gestão é colocado como solução para os problemas enfrentados pelas unidades, mas a verdade é que elas têm sido precarizadas por falta de pessoal, equipamentos e insumos.

Na visão dos sindicatos que sustentam a greve nacional, o novo modelo de gestão acelerará a terceirização dos serviços e aumentará a distância hoje verificada entre o hospital voltado à formação universitária dos futuros profissionais e o dedicado a interesses comerciais.